



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2024

CARGO: ADVOGADO

(ENSINO SUPERIOR COMPLETO)

Língua Portuguesa: 01 a 10; Matemática: 11 a 15;
Informática: 16 a 20; Conhecimentos Específicos: 21 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, tanto para ir embora quanto para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a, b, c, d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	A interpretação do conteúdo das questões da prova é responsabilidade exclusiva de cada candidato.
10	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
11	Assine o cartão-resposta no local indicado.
12	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
13	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal de sala.
14	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
15	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização da prova.
16	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para o lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque-o na linha pontilhada.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 (um) dia útil após a aplicação da prova, às 17h.

QUESTÕES DE 01 A 10 – LÍNGUA PORTUGUESA

Considere a crônica a seguir, escrita pelo jornalista brasileiro Paulo Mendes Campos e publicada originalmente na década de 1960, para responder às questões de 01 a 10.

Brasil brasileiro

Uma vez, numa recepção da nossa embaixada em Londres, uma dama inglesa, depois de ouvir a Aquarela do Brasil, estranhou ironicamente a associação dos termos “Brasil brasileiro”. A França é francesa, dizia, a Inglaterra é inglesa, o Afeganistão é afegane, sem que se precise dizer... Minha senhora, respondeu-lhe alguém, é que o Brasil é muito brasileiro, é o único país brasileiro do mundo, e só quem nos conheça bem será capaz de entender isto...

Em fase de transição econômica há alguns anos, em fase de reforma desde a mudança do governo, às vezes penso que o Brasil corre o risco de se tornar pouco brasileiro em alguns sintomas essenciais da nossa maneira coletiva de ser. Nem sempre é fácil distinguir as virtudes e os defeitos tipicamente brasileiros, havendo possibilidade de muitos erros de conceituação.

Dentro da relatividade histórica, Dom Pedro I foi muito brasileiro; Dom Pedro II, igualmente. Pois eu acho que o primeiro possuía vários defeitos essenciais ao caráter brasileiro, enquanto o segundo cultivava virtudes que podiam ser banidas da nossa formação, virtudes bastante monótonas ou bobocas. A impontualidade em si é um mal; no Brasil, entretanto, ela é necessária, uma defesa contra o clima e as melancolias do subdesenvolvimento. Deixar para amanhã o que se pode fazer hoje é outro demérito que não se pode extinguir da alma nacional.

Uma finta de Garrincha, uma cabeçada de Pelé, uma folha-seca de Didi são parábolas perfeitas de comportamento brasileiro diante dos problemas da existência. Eles maliciam, eles inventam, eles dão um jeitinho. Já cuspir no chão e insultar as formas elementares da higiene são também constantes brasileiras, mas devem ser combatidas furiosamente. Ter horror à pena de morte é um sentimentalismo brasileiro da mais fina intuição progressista; cultivar o entreguismo da saudade já me parece uma capitulação inútil.

“Deixa isso pra lá” é uma simpática fórmula do perdão nacional; já “o rouba, mas faz” é uma ignorância vertiginosa. Valorizar em partes iguais a ação e o devaneio (dum lado o trabalho, do outro sombra e água fresca) é uma intuição brasileira que promete uma síntese do dinamismo do ocidente e a contemplação oriental.

O andar da mulher brasileira, como o café, é uma das grandes riquezas pátrias. Mas o ostensivo e verboso donjuanismo brasileiro, sobretudo no exterior, é uma praga. Achar-se irresistível é uma das constantes mais antipáticas do homem verde e amarelo. O relato impudente de façanhas amorosas, a mitomania erótica, o desrespeito agressivo à dignidade da mulher, são desgraçadamente coisas muito brasileiras.

(“Brasil brasileiro”, por Paulo Mendes Campos, com adaptações)

01. Ao longo de sua crônica, o autor faz algumas considerações a respeito da situação do Brasil no momento em que escrevia o texto. Marque a alternativa que NÃO contempla uma dessas considerações.

- a) Estavam já extintas todas as riquezas pátrias.
- b) Havia o risco de o país se tornar pouco brasileiro.
- c) O Brasil vivia uma fase de transição econômica.
- d) Passava-se por uma reforma desde a mudança do governo.

02. A expressão “Brasil brasileiro”, citada no primeiro parágrafo do texto e associada a uma célebre composição nacional, pode ser considerada uma forma de:

- a) antítese.
- b) hipérbole.
- c) neologismo.
- d) pleonasma.

03. Na expressão “respondeu-lhe alguém”, presente no primeiro parágrafo do texto, pode-se afirmar que o uso do pronome “lhe” se justifica pelo fato de o verbo “respondeu” ser, neste caso:

- a) reflexivo.
- b) intransitivo.
- c) transitivo direto.
- d) transitivo indireto.

04. Ainda no primeiro parágrafo do texto, no trecho “só quem nos conheça bem será capaz de entender isto”, o verbo “conheça” está flexionado em qual modo?

- a) Infinitivo.
- b) Indicativo.
- c) Subjuntivo.
- d) Imperativo.

05. No trecho “Nem sempre é fácil distinguir as virtudes e os defeitos tipicamente brasileiros”, pode-se afirmar que os termos “virtudes” e “defeitos” estabelecem entre si uma relação:

- a) antagônica.
- b) completiva.
- c) metafórica.
- d) sinonímica.

06. No terceiro parágrafo do texto, o autor faz referência a duas célebres figuras da história brasileira: Dom Pedro I e Dom Pedro II. Sobre essas personalidades, pode-se afirmar que o autor do texto:

- a) acusava uma delas de ter traído a pátria, graças a seu “estrangeirismo”.
- b) considerava ambas representantes de um caráter tipicamente brasileiro.
- c) enfatizava apenas as virtudes de ambas, por razões claramente políticas.
- d) julgava-as indignas de participar ativamente da genuína cultura brasileira.

07. Ainda no terceiro parágrafo, o autor trata de uma suposta “impontualidade” brasileira. A respeito dessa “impontualidade”, pode-se afirmar que a avaliação do autor é essencialmente:

- a) hiperbólica.
- b) onomatopeica.
- c) paradoxal.
- d) sarcástica.

08. Na parte final do terceiro parágrafo, o autor afirma que “deixar para amanhã o que se pode fazer hoje é outro demérito que não se pode extinguir da alma nacional”. Nesse trecho, a palavra “se” aparece duas vezes, podendo ser classificada, em ambos os casos, como:

- a) partícula de realce.
- b) pronome reflexivo.
- c) partícula apassivadora.
- d) conjunção subordinativa.

09. No quarto parágrafo, o autor faz uso de uma série de expressões ligadas ao vocabulário esportivo (relativas, nesse contexto, ao futebol). Marque a alternativa que NÃO indica uma delas.

- a) Cabeçada.
- b) Folha-seca.
- c) Finta.
- d) Parábolas.

10. No trecho “andar da mulher brasileira”, presente no último parágrafo, o termo “andar” pode ser considerado um exemplo de:

- a) adjetivação.
- b) aliteração.
- c) neologismo.
- d) substantivação.

QUESTÕES DE 11 A 15 – MATEMÁTICA

11. Uma loja vende quadros e molduras. Todos os quadros custam o mesmo preço e todas as molduras têm o mesmo valor. Carlos comprou 6 quadros e 3 molduras nessa loja e gastou R\$ 1.740,00. Ednéia comprou 3 quadros e 2 molduras e gastou R\$ 910,00. Se Marlúcia comprar 1 quadro e 1 moldura nessa loja, quanto ela gastará?

- a) R\$ 300,00.
- b) R\$ 310,00.
- c) R\$ 320,00.
- d) R\$ 330,00.

12. Um nutricionista recomenda que seus pacientes consumam 0,8 g de proteína por dia a cada 1 kg de seu peso. Adriana iniciou uma dieta pesando 75 kg e começou a comer a quantidade de proteínas indicada pelo nutricionista. Depois de alguns meses, passou a pesar 60 kg. Que porcentagem representa a diminuição da quantidade diária de proteína que Adriana passou a consumir ao emagrecer?

- a) 12%.
- b) 16%.
- c) 20%.
- d) 25%.

13. Tatiana fez um empréstimo de R\$ 5.800,00 a uma taxa de juros simples de 1% a.m. por 2 anos. Qual foi o montante desse empréstimo ao final desse período?

- a) R\$ 5.916,00.
- b) R\$ 7.192,00.
- c) R\$ 8.178,00.
- d) R\$ 9.375,00.

14. A cada 4 dias, a empresa Bomboniere Doces produz 3.145 pacotes de bala de morango funcionando 10 horas por dia. Trabalhando no mesmo ritmo, quantos pacotes dessa bala a empresa consegue produzir durante 10 dias funcionando 12 horas por dia?

- a) 9.435 pacotes de bala.
- b) 9.535 pacotes de bala.
- c) 9.635 pacotes de bala.
- d) 9.735 pacotes de bala.

15. Em certa hora da manhã, um prédio faz uma sombra no chão a um ângulo de medida α . Depois de um tempo, essa sombra diminui 15 metros e passa a formar com o chão um ângulo de medida β . Sabendo que $\text{tg}(\alpha) = 2$ e $\text{tg}(\beta) = 5$, assinale a alternativa que apresenta a altura desse prédio. Considere que o chão e o prédio são perpendiculares.

- a) 30 metros.
- b) 45 metros.
- c) 50 metros.
- d) 75 metros.

QUESTÕES DE 16 A 20 – INFORMÁTICA

16. Considerando a utilização do navegador Google Chrome em um computador com o sistema operacional Microsoft Windows 10 (em português), uma variedade de atalhos de teclado está disponível para simplificar diversas operações. Qual das seguintes opções apresenta CORRETAMENTE um atalho de teclado e sua função correspondente?

- a) “Alt + Shift + I” – Abre um formulário de *feedback*.
- b) “Ctrl + D” – Exibe o código-fonte HTML não editável da página atual.
- c) “Ctrl + S” – Acessa opções para imprimir a página atual.
- d) “Ctrl + Shift + O” – Alterna o foco para a caixa de diálogo desfocada (se exibida) e todas as barras de ferramentas.

17. No sistema operacional Microsoft Windows 10 (em português), certos nomes são reservados e não podem ser utilizados para nomear pastas. Identifique a alternativa que apresenta dois nomes que NÃO são reservados e, portanto, podem ser utilizados para nomear pastas.

- a) PRN e AUX.
- b) CON e COM0.
- c) LPT0 e LPT1.
- d) 6LPT e 7LPT.

18. Na área da informática, é crucial compreender os conceitos fundamentais relacionados a *hardware* e periféricos de um sistema de computador. *Hardwares* referem-se aos componentes físicos do computador, como os periféricos, que são dispositivos externos que auxiliam nas atividades do usuário. Considerando esses conceitos, avalie as afirmativas a seguir e marque “V” para verdadeiro e “F” para falso.

- () As impressoras são dispositivos de entrada que digitalizam documentos ou imagens em papel e os convertem em formato digital.
- () O processador é um componente responsável por executar instruções e realizar cálculos.
- () Os monitores são responsáveis pela exibição de informações visuais geradas pelo computador, tornando-se uma interface vital para a interação com o usuário.
- () Os *coolers* e dissipadores de calor são dispositivos utilizados para resfriar componentes internos do computador, como o processador e a placa de vídeo, evitando o superaquecimento.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA de V e F, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – V – V.
- c) F – V – F – F.
- d) V – F – F – V.

19. Segurança da informação é uma área crucial da tecnologia que se concentra na proteção de dados e sistemas contra ameaças e ataques cibernéticos. Isso inclui a implementação de políticas, procedimentos e tecnologias para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Considerando isso, identifique a alternativa que apresenta os conceitos de segurança da informação que preenchem, respectivamente e de forma CORRETA, as lacunas a seguir.

“O(a) _____ é o processo de transformar informações em um formato ilegível, conhecido como texto cifrado, usando algoritmos matemáticos. Enquanto isso, o(a) _____ é um componente de segurança que monitora e controla o tráfego de rede entre uma rede privada e a internet ou outra rede pública”.

- a) *Malware* – Engenharia Social.
- b) Criptografia – Engenharia Social.
- c) Criptografia – *Firewall*.
- d) *Firewall* – *Malware*.

20. No editor de texto Microsoft Word 2016 (em português), muitas funcionalidades estão organizadas em grupos, os quais, por sua vez, estão distribuídos em guias. Considerando isso, identifique a alternativa que apresenta o grupo da guia “Inserir” em que é possível encontrar a opção “Letra Capitular” (essa opção serve para criar uma letra maiúscula grande no início de um parágrafo).

- a) Mídia.
- b) *Links*.
- c) Comentários.
- d) Texto.

QUESTÕES DE 21 A 50 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei Orgânica do Município de Jaguapitã-PR estabelece quais são as competências privativas do Município. Nesse sentido, analise as alternativas a seguir e assinale a INCORRETA.

- a) Compete privativamente ao Município planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana.
- b) Compete privativamente ao Município ampliar sua atuação no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), aumentando sua quota na redistribuição de parcela do ICMS.
- c) Compete privativamente ao Município cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento.
- d) Compete privativamente ao Município elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

22. Sobre as competências comuns destacadas pela Lei Orgânica do Município de Jaguapitã-PR, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A competência para proteger os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e ou cultural é exclusiva da União.
- b) É de competência comum do Município, da União e do Estado incentivar a implementação de hortas comunitárias.
- c) Preservar as florestas, a fauna e a flora é um ato de competência privativa do Estado.
- d) É de competência comum do Município, da União e do Estado fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

23. A Lei Orgânica do Município de Jaguapitã-PR dispõe a respeito da competência suplementar. O Parágrafo Único do Art. 8º estabelece que “A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federais e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando adaptá-las _____”.

Levando isso em consideração, assinale a alternativa que contenha a frase que completa CORRETAMENTE a lacuna acima.

- a) à realidade local.
 - b) aos interesses do Poder Executivo.
 - c) ao contexto político nacional.
 - d) às particularidades da administração pública.
-

24. De acordo com a Lei municipal de Jaguapitã-PR que trata de remuneração e carreiras, qual é a definição de “cargo público”?

- a) É o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes na Câmara Municipal de Jaguapitã.
- b) São cargos estruturados em classes, com remuneração fixa em razão do exercício de função pública.
- c) É o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos.
- d) É o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido também por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei.

25. De acordo com a Lei municipal de Jaguapitã-PR que trata de plano de cargos e salários, assinale a alternativa que representa uma atribuição do cargo de Advogado.

- a) Realizar cursos e audiências públicas que visem educar a população sobre seus direitos e deveres.
- b) Prestar assessoramento jurídico ao Prefeito Municipal, em assuntos de ordem particular que envolvam direitos reais.
- c) Representar a Câmara em Juízo ou fora dele, nas ações em que esta for parte, acompanhando os processos, bem como, comparecendo em audiências.
- d) Atuar como *custos legis*, nas hipóteses de omissão do Ministério Público.

26. Conforme a Constituição Federal de 1988, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) trânsito e transporte.
- b) juntas comerciais.
- c) produção e consumo.
- d) proteção do meio ambiente e controle da poluição.

27. Assinale a alternativa que indica pessoa sem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) Confederação sindical
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Defensoria Pública da União.
- d) Partido Político, desde que com representação no Congresso Nacional.

28. Sobre o processo legislativo, é CORRETO afirmar que:

- a) conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por força do princípio da inafastabilidade do controle judicial, cabe ao Poder Judiciário realizar controle sobre o mérito da adoção do rito de urgência em proposições legislativas.
- b) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- c) se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de vinte e quatro horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Câmara dos Deputados.

29. A respeito do Poder Judiciário, conforme a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que:

- a) o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público são órgãos do Poder Judiciário.
 - b) a atividade jurisdicional será intermitente, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais superiores, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
 - c) um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tripla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
 - d) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
-

30. O Art. 7º, inc. XIX, da Constituição Federal de 1988, assegura como direito dos trabalhadores a licença-paternidade. Sobre o tema, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O direito à licença-paternidade não é extensível aos trabalhadores rurais.
- b) A Constituição Federal de 1988 prevê, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o prazo de 5 (cinco) dias para a licença-paternidade.
- c) Inexiste omissão inconstitucional relativamente à edição da lei regulamentadora da licença-paternidade.
- d) A Constituição Federal prevê o direito à licença-paternidade, condicionado à edição de lei complementar.

31. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é CORRETO afirmar que:

- a) apesar de a LINDB prever como requisito para execução de sentença proferida no estrangeiro a homologação dela pelo Superior Tribunal de Justiça, a Constituição Federal de 1988 revogou tal dispositivo, uma vez que passou a prever como competente para a homologação o Supremo Tribunal Federal.
- b) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- c) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliado o proponente.
- d) não se consideram leis novas aquelas que somente corrijam texto de lei já em vigor.

32. A indenização corresponde a uma compensação ou retribuição feita por uma pessoa a outra a fim de ressarcir perdas. Sobre o assunto, conforme o Código Civil de 2002, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- b) A indenização mede-se pela extensão do dano e se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- c) Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, o valor das perdas e danos será determinado por arbitramento ou equidade.
- d) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

33. Conforme o Código Civil de 2002, prescreve em três anos:

- a) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- b) a pretensão para haver prestações alimentares.
- c) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- d) a pretensão relativa à tutela.

34. Conforme o Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA a respeito da competência.

- a) A Justiça Federal não é, via de regra, competente para julgar feitos de falência, exceto no caso de, por exemplo, a pessoa jurídica estar em liquidação extrajudicial sob intervenção do Banco Central.
- b) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- c) Para as ações fundadas em direito real sobre móveis é competente, em regra, o foro de situação da coisa.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

35. No que diz respeito à coisa julgada no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não sendo possível que os efeitos da sentença atinjam terceiros.
- b) A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada.
- c) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- d) A decisão que arbitra astreintes não faz coisa julgada material, podendo, por isso mesmo, ser modificada, a requerimento da parte ou de ofício, seja para aumentar ou diminuir o valor da multa ou, ainda, para suprimi-la.

36. Com base na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa INCORRETA a respeito de mandado de segurança.

- a) É constitucional a exigência de oitiva prévia do representante da pessoa jurídica de direito público como condição para a concessão de liminar em mandado de segurança coletivo.
- b) Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviço público.
- c) O juiz tem a faculdade de exigir caução, fiança ou depósito para o deferimento de medida liminar em mandado de segurança, quando verificada a real necessidade da garantia em juízo, de acordo com as circunstâncias do caso concreto.
- d) É inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental.

37. Assinale a alternativa que traz informações CORRETAS com base no Código de Processo Civil em vigor.

- a) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 5 (cinco) dias, acrescido de custas, se houver.
- b) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.
- c) Não se sujeita ao duplo grau de jurisdição sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, se a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público.
- d) Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e se sujeitam a preparo.

38. Com base na Lei nº 6.830/80, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 30 (trinta) dias.
- b) São admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- c) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- d) No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até duas, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

39. No que diz respeito à interpretação e à integração da legislação tributária, conforme o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- a) a analogia, os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito público e a equidade.
- b) a analogia, os princípios gerais do direito público, os princípios gerais do direito tributário e a equidade.
- c) os princípios gerais do direito público, os princípios gerais do direito tributário, a analogia e a equidade.
- d) os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito público, a equidade e a analogia.

40. O que é INCORRETO afirmar a respeito da solidariedade, conforme o Código Tributário Nacional?

- a) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal são solidariamente responsáveis, mas referida solidariedade não comporta benefício de ordem.
- b) Salvo disposição legal em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.
- c) Como regra, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, extinguindo-se, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- d) Salvo disposição legal em contrário, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

41. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito das imunidades tributárias, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A imunidade tributária recíproca não alcança empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que prestadoras de serviços públicos essenciais e exclusivos e que não tenham intuito lucrativo.
- b) As entidades religiosas, ainda que exerçam atividades de assistência social, não podem se beneficiar da imunidade tributária prevista no Art. 150, VI, c, da Constituição, por força do princípio da laicidade do Estado.
- c) É necessária lei complementar para efetivar o direito ao aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição de bens de uso e consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação.
- d) Não incide a imunidade tributária recíproca, em se tratando de contrato de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público surge como devedora.

42. Conforme o Código Tributário Nacional, extingue o crédito tributário:

- a) o depósito do seu montante integral.
- b) o parcelamento.
- c) a anistia.
- d) a remissão.

43. Qual das alternativas a seguir está CORRETA conforme a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)?

- a) Nas contratações regidas pela lei citada, admite-se o uso de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, inclusive no que diz respeito às questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- b) Como regra, nos processos licitatórios, a fase de habilitação será anterior à fase de julgamento.
- c) Não se admite que, encerradas as fases de julgamento e habilitação, a autoridade superior revogue a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- d) A concorrência consiste em modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

44. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a respeito da delegação do poder de polícia a pessoas de direito privado, é CORRETO afirmar que:

- a) o poder de polícia é uma atividade típica do Estado, não podendo ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado.
- b) admite-se a delegação do poder de polícia para empresas públicas, mas não para sociedades de economia mista.
- c) é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- d) a delegação do poder de polícia é válida, mas somente para atividades relacionadas à fiscalização, não abrangendo a aplicação de multas.

45. Supondo que determinada Assembleia Legislativa aprove lei estadual com vistas a manter válidas e prorrogadas automaticamente permissões já exauridas de serviço público de transporte alternativo intermunicipal de passageiros, prevendo a prorrogação automática das permissões, por 10 (dez) anos, em caso de não realização de nova licitação, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que compete aos Municípios legislar sobre transporte intermunicipal.
- b) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que contraria o Art. 175 da Constituição Federal de 1988 por não observar o necessário procedimento licitatório.
- c) A lei estadual é constitucional, uma vez que a não realização de licitação justifica-se em respeito ao princípio da continuidade do serviço público.
- d) A lei estadual é constitucional se os contratos a serem prorrogados tiverem sido firmados antes de 5 de outubro de 1988.

46. Marque a alternativa CORRETA sobre os bens públicos.

- a) Desafetação, licitação e autorização legislativa são pressupostos para a validade de alienação de bens públicos móveis.
- b) A permissão de uso de bens públicos consiste em ato administrativo e não exige a realização de licitação.
- c) Em regra, os bens das empresas públicas são passíveis de serem penhorados.
- d) Os rios, mares, estradas, ruas e praças são exemplos de bens públicos de uso especial.

47. Assinale a alternativa que indica ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

- a) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- b) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial municipal.
- c) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- d) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.

48. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre:

- a) Enquadramento do grau de insalubridade.
- b) Redução da remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.
- c) Redução do repouso semanal remunerado.
- d) Supressão do valor nominal do décimo terceiro salário.

49. O aviso prévio consiste em uma declaração unilateral de vontade de uma das partes do contrato de trabalho no sentido de que pretende extingui-lo. Sobre o tema, marque a alternativa CORRETA.

- a) A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.
- b) O aviso prévio proporcional será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 (noventa) dias, perfazendo um total de até 120 (cento e vinte) dias.
- c) É incabível o aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência.
- d) É lícita a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

50. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) tem a finalidade de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. De acordo com tal lei, é INCORRETO afirmar que:

- a) é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.
 - b) considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - c) incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar oferta de educação bilíngue, na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira língua e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 - d) consideram-se barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.
-